

Edição v. 42 número 1 / 2023

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 42 (1)
jan/2023-abr/2023

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Primavera Latina: corpo e performance de mulheres latinas nos protestos de 2019¹

Latin American Spring: body and performance by Latin American women in protests of 2019

REGIANE LUCAS DE OLIVEIRA GARCÊZ

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: regianelucasgarcez@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0620-6566.

LÍVIA GOMES LAUDARES

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: laudareslivia@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2600-765X.

DEIZE FERREIRA PAIVA LOPES

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: deizeepaiva@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6596-2372.

TOMÁS SOARES PEREIRA GERMAN

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: tomasspgerman@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7780-5873.

TAYRINE VAZ SILVA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: vstayrine@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8565-2355.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no GT de Comunicação e Política durante o XXIX Encontro Anual da Compós, em junho de 2020.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; LAUDARES, Lívia Gomes; LOPES, Deize Ferreira Paiva; GERMAN, Tomás Soares Pereira; SILVA, Tayrine Vaz. Primavera Latina: corpo e performance de mulheres latinas nos protestos de 2019. *Contracampo*, Niterói, v. 42, n. 1, jan./abr. 2023.

Enviado em: 13/01/2022. Revisor A: 09/02/2022; Revisor B: 22/09/2023. Aceito em: 13/03/2023.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v42i1.52841>

Resumo

Este artigo busca compreender como os corpos femininos que aparecem em imagens jornalísticas dos protestos da “Primavera Latina” podem ser compreendidos como repertórios de ação política. A partir da articulação entre a noção de repertório como performance (TILLY, 2008) e a teoria performativa de assembleia (BUTLER, 2018), realizou-se uma análise visual de fotografias publicadas em sites jornalísticos brasileiros sobre protestos de diferentes países latinos ocorridos em 2019. Identificamos três tipos de repertórios recorrentes: a) a vulnerabilidade dos corpos femininos nas imagens de confrontos especialmente envolvendo a polícia; b) a vulnerabilidade acionada como potência política, a partir de performances, corpos em luta e outros símbolos e c) a configuração de quem é o povo a partir das inclusões e exclusões feitas pelas imagens.

Palavras-chaves

Protestos; América Latina; Repertório como performance; Análise visual.

Abstract

This article aims to understand how female bodies that appear in journalistic images of “Latin American Spring” protests can be understood as repertoires of political action. From the articulation between the notion of repertoire as performance (TILLY, 2008) and the performative theory of assembly (BUTLER, 2018), a visual analysis was carried out of photographs published on Brazilian journalistic websites about protests in different Latin countries that took place in 2019. We identified three types of recurrent repertoires: a) the vulnerability of female bodies in images of confrontations, especially involving the police; b) the vulnerability activated as a political power, based on performances, bodies in struggle and other symbols and c) the configuration of who the people are based on the inclusions and exclusions made by the images.

Keywords

Protests; Latin America; Repertory as performance; Visual analysis.

Introdução

As pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina trouxeram contribuições significativas, especialmente ao apresentar novas perspectivas que complexificam as análises, marcando nos anos 1980 uma descontinuidade com as explicações funcionalistas e marxistas (ESCOBAR e ALVAREZ, 1992). No mesmo período em que se dava a transição democrática para boa parte dos países latinos, a conexão entre cultura e política passa a ser compreendida pelas pesquisas como constitutiva da ação coletiva. As particularidades das lutas latinas marcam a contribuição aos estudos, tematizando erradicação das desigualdades sociais, movimentos populares urbanos, gênero, dentre outros (DAGNINO, 2000, p. 83).

No caso dos movimentos feministas latinos, são reconhecidos pela importante atuação, em particular em Conferências da ONU, sendo as latinas as mais familiarizadas com as teorias críticas de gênero e sexualidade entre as feministas do Sul Global (CORRÊA, 2018). Possuem um histórico de enfrentamento em função do profundo legado colonial deixado pelo catolicismo. Assim, o estudo em questão busca compreender a participação de mulheres e seus repertórios de ação nos protestos da “Primavera Latina”, ocorrida em 2019, por meio da análise de imagens jornalísticas.

Um aspecto pouco explorado, não só na América Latina, é o das imagens dos movimentos sociais (DOERR et al. 2013). Ainda que nos anos 90 o *visual turn* – ou virada visual – tenha contribuído com a discussão sobre o poder das imagens em conflitos políticos, os estudos se referem a elas de maneira superficial para exemplificar ou ilustrar seus argumentos. São raras as análises sistemáticas dos aspectos visuais e estudos mais amplos que considerem o domínio visual como um local de luta com vida própria (PRUDENCIO et al., 2016; RIZOTTO e PRUDENCIO, 2017). Como boa parte das ciências sociais, as análises são focadas nos textos (DOERR et al., 2013; FEOLA, 2018).¹ Imagens, performances e atos corporais em situação de protesto são frequentemente subteorizadas pela teoria democrática (FEOLA, 2018).

Um segundo aspecto do mesmo modo pouco explorado diz respeito aos desdobramentos da noção de repertório como performance, desenvolvida por Charles Tilly (2008). Desde o início de sua obra, nos anos 1970, Tilly perseguiu formas de analisar comparativamente conflitos de diferentes lugares e distintas circunstâncias, do mesmo modo que nosso estudo. O conceito de repertório fez parte desse esforço nos seus últimos textos.

Dessa maneira, ao propor uma análise visual de protestos latinos, esta pesquisa busca contribuir, primeiro, com a perspectiva cultural dos estudos de movimentos sociais, com foco particular no campo de estudos visuais (DOERR et al., 2013). Em segundo lugar, ao aproximar a noção de repertório (TILLY, 2008) das contribuições de Judith Butler (2018) em sua teoria da performatividade (BUTLER, 2018), busca-se novas nuances para o conceito, aplicado ao contexto latino. Em terceiro lugar, discutir como os corpos de mulheres são considerados repertórios de ação contribui para os estudos sobre movimentos feministas, que tem como uma das questões centrais a discussão da autonomia sobre os próprios corpos.

Primavera Latina (ou inverno?)

O termo “Primavera Latina” foi cunhado em 2006 para se referir às mobilizações de imigrantes hispano-latinos nos Estados Unidos sobre políticas migratórias (SURO e ESCOBAR, 2006). A ideia de primavera também foi utilizada nas manifestações da Primavera Árabe em 2010 e 2011 no Oriente Médio e norte da África (QADIRMUSHTAQ e AFZAL, 2017). No caso de 2019, o termo foi aludido por colonistas

1 “A negligência do visual não é um problema exclusivo da pesquisa em movimentos sociais. Ela reflete uma perplexidade geral de cientistas sociais quando confrontados com imagens” (DOERR et al, 2013, p. XII).

e jornalistas^{2,3} impressionados pela concentração de protestos no segundo semestre daquele ano nos países latinos.

Os conflitos reforçam o esgotamento do ciclo dos chamados “governos progressistas” na América Latina, comumente denominado de “onda rosa” (Silva, 2018), período que elegeu os primeiros chefes do executivo indígenas, mulheres e operários. Embora aparentemente não sejam articulados entre si, o que há de comum entre os protestos é o tensionamento entre perspectivas neoliberais e populares e, na maior parte das vezes, a presença das pautas feministas, de maneira central ou tangencial.

No Chile, os protestos questionaram as propostas para a previdência, austeridade, inflação e aumento de impostos e tarifas. A resposta violenta do Estado resultou em cerca de 30 mortes e chegou a cegar mais de 200 pessoas. O mesmo motivo levou os argentinos às ruas diante do país em crise e do governo conservador. No Equador, o estopim foi o fim dos subsídios aos combustíveis, seguido de greve nacional. As medidas atingiram com maior impacto os povos indígenas, que foram também às ruas.

No Brasil, durante o primeiro ano do governo Bolsonaro questionou-se os cortes na educação, a negligência com desmatamentos na Amazônia, política indigenista e poluição no litoral. Outras manifestações foram contra o fim de ministérios importantes e contra ações de policiais violentas, como a que culminou com morte da menina Ágatha, no Rio de Janeiro. Na Venezuela, as sanções econômicas internacionais para pressionar a saída do presidente Nicolas Maduro empobreceram de maneira significativa a população, que foi às ruas protestar.

Na Bolívia, os protestos se dividiam entre apoiadores e opositores do presidente Evo Morales, acusado de irregularidades nas eleições, o que resultou em renúncia e posterior comprovação da lisura do pleito. No Peru, casos de corrupção e o fechamento do congresso – de maioria fujimorista – pelo presidente Martín Vizcarra foi um dos motivos para que a população fosse às ruas em apoio ou oposição à medida.

Esses foram alguns dos inúmeros protestos que emergiram na América Latina em 2019. São pautas e contextos diversos, que possuem em comum o passado colonial, ditaduras e democratização recente, cultura e religiosidade, urbanização acelerada, processo de industrialização e de formação de uma burguesia industrial, concentração de riqueza, terra e meios de produção, além de profundas desigualdade estruturais (SKIDMORE, 1989). É a região mais desigual do mundo, com incidência da pobreza maior nas áreas rurais e entre indígenas e negros (CEPAL, 2019; INFORME, 2019).

A desigualdade de gênero está na base da constituição da América Latina. É tema central em alguns dos protestos analisados e transversal a todos os outros. Nossa tarefa aqui é justamente estabelecer um fio de análise a partir do qual seja possível capturar elementos comuns entre as imagens de mulheres, a partir de uma perspectiva que compreende a América Latina como categoria analítica (GRUZINSKI, 2006).

Corpo, repertório e performance: eixos analíticos que se cruzam

Os corpos das mulheres são, segundo Susan Bordo (1997), um lugar prático direto de controle social, uma superfície na qual as normas centrais e as hierarquias são inscritas e reforçadas de modo concreto. A docilização dos corpos, como definiu Foucault, é esse processo no qual os corpos femininos estão sujeitos ao controle externo e à disciplina que mantém essas hierarquias. O corpo se volta para as “práticas de feminilidade” que buscam um suposto aperfeiçoamento do corpo segundo padrões estéticos, a dedicação ao trabalho do cuidado e à sexualidade que mantém relações de dominação (MCROBBIE, 2004; BORDO, 1997).

2 Latino-americanos protestam contra classes políticas de seus países — da direita à esquerda. Disponível em <https://oglobo.globo.com/epoca/coluna-latino-americanos-protestam-contras-classes-politicas-de-seus-paises-da-direita-esquerda-24104975>. Acesso em 21 de out. de 2022.

3 Febre Latina. Disponível em <https://istoe.com.br/febre-latina>. Acesso em: 22 de fev. de 2020.

Entretanto, é esse mesmo corpo que é potencialmente capaz de confrontar os mecanismos que sustentam a opressão. A compreensão sobre corpos políticos como repertórios de ação política passa pela discussão sobre as vulnerabilidades desses corpos que se transfiguram em agência política (BUTLER, 2018) e em repertório de ação (TILLY, 1978). A noção de repertório está no cerne da estrutura de mobilizações e é a faceta cultural dos confrontos, pois busca compreender os modos como a cultura molda possibilidades de ação (ALONSO, 2012).

Ao longo da sua vida, Charles Tilly se debruçou sobre os estudos de confrontos⁴ políticos, buscando explicá-los como parte de processos políticos, culturais e históricos que configuram as relações força na sociedade (1978; 2005).⁵ Inicialmente, Tilly (1978, p. 151) definiu repertórios de ação como um conjunto de instrumentos e práticas que “as pessoas podem, em princípio, empregar ao perseguir fins comuns”. Esses repertórios, aos serem descritos, evidenciam a existência de padrões de ação coletiva partilhados por diferentes sociedades, tais como as greves, por exemplo. A definição foi considerada bastante estruturalista (COHEN, 1985), pois considerava as transformações dos repertórios lentas ao longo do tempo, super valorizava a dimensão estratégica, não detalhava o processo de apropriação e desenvolvimento desses repertórios e desconsiderava sua relação com valores, crenças e produção de sentidos (MELLUCI, 1995). A crítica rendeu algumas reformulações do conceito ao longo de 30 anos, resultando em 2005 na versão que nos interessa neste trabalho: a noção de repertório como performance (TILLY, 2005, 2006, 2008).

Ao invés de um conjunto de práticas e ações, gradualmente Tilly passa a discutir o repertório de ação coletiva como um “conjunto variável de performances” (TILLY, 2005, p. 216) condicionadas pela cultura local, costumes e valores. As performances, compreendidas como “agrupamentos de repertórios de rotinas reivindicatórias” (TILLY, 2006, p. 35), passam a ser a unidade de análise, possíveis de serem captadas sempre a partir das interações. As performances modificam os repertórios, de maneira ininterrupta, envolvendo processos como escolha, interpretação, compreensão, improviso ou aprendizagem, de maneira a considerar os contextos de microinteração social, a vida vivida e suas contingências. É no contexto das marchas que ações são realizadas ou substituídas e decisões negociadas.

“Os participantes improvisam constantemente de duas maneiras diferentes: descobrindo como modelar as rotinas disponíveis para comunicar suas reivindicações, e respondendo às reações das outras pessoas (...)” (TILLY, 2008, p. 11-12). A singularidade, o improviso, a teatralidade conferem a capacidade de agência e da criatividade nos confrontos e se configuram como um conjunto de ações *em ação*.

Embora Tilly não tenha retomado a vasta literatura existente sobre performance como aspecto organizador da vida social, a última versão da noção de repertório foi um dos seus principais legados (ALONSO, 2012). É nesse ponto que pretendemos articular as contribuições de Butler (2018, p. 35) especialmente na obra *Corpos em aliança e a política das ruas*. Butler trata não exatamente de performance, mas de performatividade, “um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos”. Centrada na ideia arendtiana do direito de aparecer como política, a linguagem possui papel fundante e criador na performatividade.

Butler avança e concede ao corpo a mesma importância que possui a palavra e a pluralidade de opiniões para Hannah Arendt. O aparecimento traz algo à condição de existência e, por sua vez, pode desafiar um conjunto de normas as quais “se espera que muitos não apareçam ou sejam legalmente proibidos de fazê-lo” (p. 42). Em Butler é impossível uma “fuga da existência corpórea” e a própria

4 Traduzimos aqui *contention* como confronto e *contentious* como confrontacional, da mesma forma que boa parte dos autores brasileiros (ALONSO, 2012) e que as traduções de artigos de Tilly para a língua portuguesa (TILLY et al., 2009).

5 A teoria do confronto político, inicialmente chamada de Teoria do Processo político, considera as manifestações como formas de mobilização coletiva que se apropriam tanto de janelas de oportunidades ou de ameaças políticas quanto de uma estrutura de mobilizações preexistentes, como associações, redes, dentre outros (TILLY, 2004; TARROW, 1998).

liberdade política deve se reconciliar com as necessidades do corpo.⁶ É preciso considerar que a vida de alguns são abreviadas mais facilmente que outras e sequer podem estar na esfera do aparecimento para reivindicar vidas vivíveis. “(...) o corpo, ou antes, a ação corporal concertada – reunião, gesticulação, permanência, todas as partes componentes da ‘assembleia’ que não são rapidamente assimiladas pelo discurso verbal – pode significar princípios de liberdade e igualdade” (BUTLER, 2018, p. 55).

O corpo cuja resistência corporal plural e performativa desafia ou reproduz normas, resiste ao mesmo tempo que revela a sua precariedade, a fome, as necessidades, a dor, e busca estabelecer novas formas e condições de aparecimento. Para esses, a luta para formar alianças é fundamental, pois não busca apenas um lugar na esfera de aparecimento. Ao invés disso, “os corpos em aliança produzem uma fenda na esfera do aparecimento” (p. 57), expondo as contradições que determinam quem são os “desconsiderados e inelegíveis” ou os dignos de serem vistos.

Obviamente Butler parte de uma reflexão filosófica que difere do aparato sociológico de Tilly, mas que o complementa em alguns sentidos. Primeiro, ambos consideram que o agir coletivo é uma forma importante de superar injustiças. Ela acontece no “entre” corpos, ou nas microrrelações apontadas por Tilly. Em Butler isso está ancorado no reconhecimento da interdependência e da coabitação humana não violenta e em Tilly (2008) nas interações conflitivas como unidade básica da vida social. Segundo, ambos conferem relevância aos suportes de ação corporificada, como ruas, praças e ambientes materiais, os *media*, com seus símbolos e signos, chamados por Butler de “condições materiais do aparecimento”. A própria performatividade reconfigura essas condições, redefinindo o que é público.⁷ Terceiro, em ambos os sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos (TILLY, 2008), ou ainda, a consideração de que os corpos são discursivos também (BUTLER, 2018).

Outra contribuição de pensar os corpos em aliança como repertório de ação é a definição sobre *quem é o povo*. Nenhum agrupamento ou assembleia popular representa o povo na sua totalidade. A ideia de povo é articulada e negociada e tende a aparecer não somente quando a afirmação “nós, o povo” é feita ou quando é numericamente expressiva. Para Butler, “a assembleia já está falando antes de qualquer palavra ser pronunciada” (p. 173). Os corpos reunidos, seus gestos, vocalizações e silêncios, seus modos de agir em conjunto pluralmente possuem uma função expressiva e possibilidades de autodeterminação política quando há liberdade de assembleia. E ainda, podem ser contestados na sua autodefinição de povo no momento em que aparecem: esse é realmente o povo? Quais as operações de inclusão e exclusão?

O que nos interessa é enfatizar que pode ser frutífero pensar o corpo como repertório de ação. Tilly nos auxilia a pensar as estratégias a partir dos elementos culturais, costumes e valores que perpassam as performances em uma perspectiva comparativa, enquanto Butler concede à linguagem e ao corpo essa centralidade. O cotejamento do pensamento de ambos é capaz de oferecer ferramentas sociológicas para pensar os corpos em aliança das mulheres latinas de maneira comparativa, ao mesmo tempo em que nos apresenta concepções nas quais possamos considerar as precariedades dos sujeitos não apenas no seu dano ou injustiça, mas na sua potência política.

Análise visual dos movimentos sociais

Para apreender os corpos em assembleia considerando-os repertórios de ação, conforme Charles Tilly propõe, seria necessário fazê-lo durante as próprias performances de confronto, inevitavelmente

6 Essa é uma das principais críticas a Hannah Arendt, que apresenta o reino privado como o reino da necessidade, relegando as questões de sobrevivência à esfera do lar. Para ela o aparecer seria uma pré-condição do discurso e apenas este contava como ação política.

7 Um dos exemplos usados por Butler é o das mulheres muçulmanas que tiveram o seu direito de aparecer com véu negado na França sob argumentação de um “feminismo universal”.

por meio de imagens. Os movimentos sociais tem suas manifestações intrinsecamente ligadas a sentidos visuais, de maneira estratégica ou imprevista. Não é novidade o estudo de imagens produzidas pelos movimentos sociais ou sobre eles.

Os estudos sobre conflitos políticos só recentemente passaram a compreender o terreno das imagens como lugar de luta com vida própria, associadas a um estoque complexo de conhecimentos e experiências culturais, quadros e identificações, e que são interpretadas, enquadradas e reformuladas por atores políticos. É o que Mirzoeff chama de contravisualidades (2011) ou formas de luta via imagens. Esses métodos têm nas análises de enquadramento a maior parte dos estudos (PHILIPPS, 2012).

Para a nossa análise, propomos realizar uma análise de conteúdo que dê conta de fotografias sobre diferentes contextos latinos. Primeiro, adotamos a premissa de Barthes sobre a relação paradoxal das imagens com a realidade; são consideradas para *representar* a realidade como ela *é* (BARTHES, 1977; SONTAG, 1979), especialmente as fotografias jornalísticas que possuem teor mais documental. A fotografia não é apenas percebida, recebida, é *lida*, conectada mais ou menos conscientemente pelo público em um processo sociológico que envolve um diálogo, por assim dizer, entre a fotografia e sociedade. O significado de uma fotografia é sempre contextual e histórico e, portanto, dependente do conhecimento do leitor. Ademais, há que se considerar que “nenhuma fotografia de multidão pode representar o povo quando nem todas as pessoas têm o poder de se reunir na rua” (BUTLER, 2018, p. 182). São justamente as maneiras de selecionar e editar é que vão contar quem é o povo. Logo, não descartamos a materialidade tecnológica e os processos jornalísticos que interferem nos modos com que vulnerabilidades e povo são representados.

Segundo, é fato que nem sempre as fotografias vão promover transformações sociais esperadas pelos movimentos sociais. Elas podem gerar uma certa dormência ou apatia (SONTAG, 2003). Entretanto, acreditamos que fotografias de sofrimento corporal ou de lutas sociais que apresentam símbolos de injustiça possuem um potencial de difusão transnacional significativo, o que é importante para a nossa análise das imagens sobre diversos países. É claro que a fotografia do sofrimento ou da luta é sempre local, mas essa capacidade de difusão, diferentemente dos enunciados linguísticos, permite que essas experiências locais sejam radicalmente desagregadas em nossa modernidade global (SONTAG, 2003; OLSEN, 2013) e que as análises passem por filtros transnacionais, tais como o modo com que nós, brasileiros, olhamos para as imagens.

Em terceiro lugar, nos agrada a ambição de Tilly et al (2009),⁸ de tentar compreender confrontos de diversas naturezas e ocorridos em diversos lugares. Na análise comparada, Tilly (2005) define características “modulares” – atributos semelhantes encontrados em confrontos de diferentes contextos; mas inclui um olhar mais culturalista ao indicar também características “singulares” encontradas em cada cultura, os “símbolos e segredos locais” (TILLY, 2005, p. 223). Em nosso estudo nos centraremos nas características modulares dos protestos – as que se repetem nos diversos países, visto que como pesquisadores brasileiros ainda não possuímos imersão cultural suficiente para identificar os atributos singulares de cada país.

Metodologia

A unidade de análise é a fotografia, selecionadas a partir da identificação explícitas das vulnerabilidades de corpos performados como femininos. Compreendemos aqui vulnerabilidades de duas maneiras, para além daquela condição existencial da qual fala Butler. Primeiro como “uma condição socialmente induzida, que responde pela exposição desproporcional ao sofrimento, especialmente entre aqueles amplamente chamados de ‘precários’ para os quais o acesso a abrigo, alimentação e cuidados

⁸ Tilly, em especial, construiu um grande banco de dados sobre “encontros confrontacionais” na Inglaterra oitocentista a partir de notícias de jornal e categorização por verbos.

médicos é muitas vezes bastante limitado” (BUTLER, 2018, p. 12). Segundo, como uma potência de criação e fomento de múltiplas formas de existência e resistência (GILSON, 2014, p. 310). Como esta pesquisa trata do corpo como repertório, selecionamos imagens cujos corpos femininos estivessem em situação de protesto coletivo, estando ou não em situação de dano ou injúria.

Foram analisadas apenas fotografias publicadas em sites jornalísticos brasileiros, visto que a análise comparada só pode ser feita a partir de um terreno de sentidos comum possível de ser capturados por nós, pesquisadores brasileiros. A partir de uma busca *online* no *Google Notícias* pelas palavras-chave “protestos” combinada com “nome do país”, foram coletadas e analisadas 96 fotografias, distribuídas em 74 matérias diferentes sobre 27 manifestações,⁹ publicadas em 43 veículos. São sites de jornalismo de referência, como por exemplo O Globo e Folha de S. Paulo; independentes, como a Agência Pública; e públicos, como a Agência Senado, por exemplo. Alguns defendem posturas mais conservadoras, como a Jovem Pan, ou mais progressistas, como a Carta Capital. Os três veículos com maior número de imagens coletadas são G1, Folha de S. Paulo e Exame, respectivamente com nove, oito e oito imagens. Depois de excluídas as reportagens repetidas ao longo da busca, o *corpus* final foi composto de seis fotografias de protestos da Argentina, onze da Bolívia, 34 do Brasil, 26 do Chile, nove do Equador e dez da Venezuela. Colômbia, Paraguai e Peru também tiveram conflitos no período, mas as imagens de mulheres nas manifestações foram pouco expressivas: uma ou duas imagens por país.

Uma primeira etapa da análise consistiu em desenvolver um livro de códigos para identificar os países, veículos, os tipos de manifestação, as características dessas imagens e as vulnerabilidades explícitas dos corpos das mulheres nas ruas. As características listadas são a) temática do protesto (se é ou não de gênero); b) tipo de protesto (perturbador sem confronto,¹⁰ confronto com violência, perturbador festivo); c) presença de força policial (identificados por meio da presença de policiais, militares, camburões, gás lacrimogêneo, armas), d) expressões de sofrimento, e) ações de protesto (performances, cantos etc.), f) presença de um grupo de pessoas, g) presença de símbolos e signos (bandeiras, lenços, cartazes, camisetas, elementos étnicos ou culturais, como cocar ou turbante, objetos artísticos, máscaras e outros, tais como instrumentos musicais, flores, painéis etc.). O modo como a fotografia enquadrava os protestos também foi analisado, considerando enquadramento na expressão facial ou corporal individualmente; na ação de confronto ou performance; contrastes de primeiro e segundo plano ou enquadramento panorâmico.

Em seguida, identificamos padrões e recorrências nas imagens. A sistematização dos resultados é apresentada quantitativamente, com inserções de gráficos e imagens que ilustram a recorrência, de modo a oferecer um panorama do material. Em seguida foi realizada a discussão analítica a partir de três eixos: a) a configuração de quem é o povo a partir dos corpos na rua; b) a vulnerabilidade como sofrimento ou como distribuição desigual da precariedade c) a vulnerabilidade acionada como potência política.

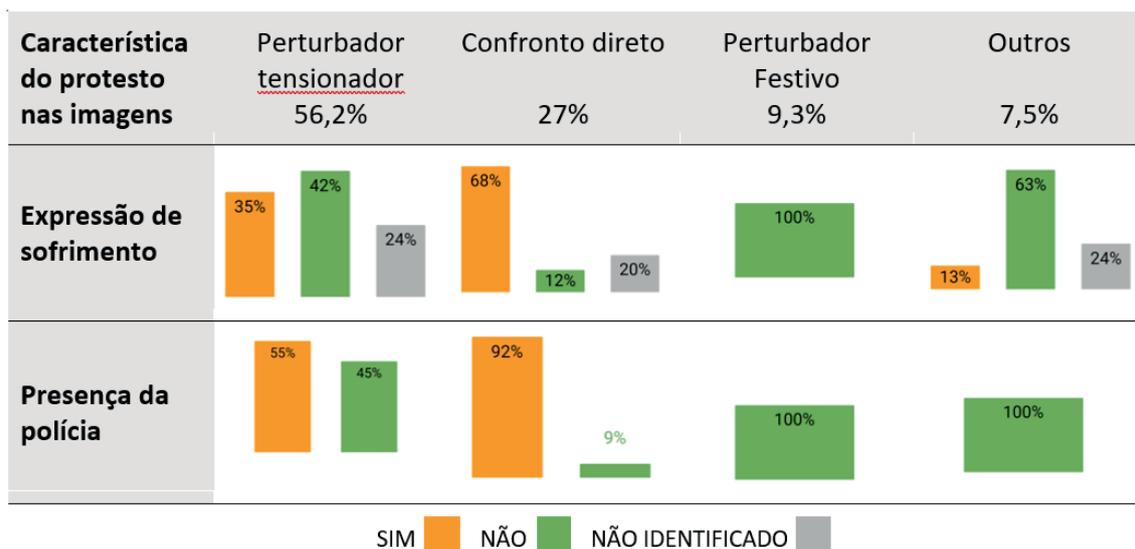
Corpos repertório: multidões, símbolos e vulnerabilidades

9 1) Protesto na Argentina: contra Bolsonaro na Argentina; contra Macri; pela legalização do aborto. 2) Protestos na Bolívia: contra candidatura de Evo Morales; contra eleição de Evo Morales; contra o golpe sofrido por Evo Morales; após golpe contra Evo Morales; antes do golpe contra Evo Morales. 3) Protestos no Brasil: Dia Internacional da Mulher; contra queimadas na Amazônia; morte da menina Agatha, no Complexo do Alemão, RJ; contra a Reforma da Previdência; contra cortes na educação; Marcha das Margaridas a favor das mulheres do campo e em defesa da Previdência; 1ª Marcha das Mulheres Indígenas em defesa dos direitos indígenas; Manifestação pró-Lula encontra manifestantes contra Lula no Brasil; Manifestação de mulheres contra o parto forçado/PEC das cesáreas. 4) Protestos no Chile: contra a violência policial; contra aumento de tarifas de metrô; contra a presença de Bolsonaro no Chile; contra a violência sexual; contra o toque de recolher no país; contra aumento do custo de vida e desigualdade de renda. 5) Protesto no Equador: contra a austeridade. 6) Protestos na Venezuela: em apoio a Nicolás Maduro; contra Nicolás Maduro; por direitos.

10 Feola (2018) indica dois tipos de reivindicação, uma que requer uma discussão com vistas a restaurar o consenso ou criar um novo; e um segundo tipo, que é o perturbar os destinatários de suas reivindicações como um estímulo a ações de melhorias.

Em 17,7% das fotografias os protestos eram relacionados diretamente a questões de gênero, como a Marcha das Mulheres Indígenas e a Marcha das Margaridas no Brasil e a Manifestação contra a violência sexual no Chile, entre outras. Em 17,7% das imagens, as manifestações tematizavam gênero conjuntamente com outras questões, como no protesto contra o golpe sofrido por Evo Morales, na Bolívia, ou na manifestação brasileira contra queimadas na Amazônia, entre outras. Em 25% das imagens havia presença de mulheres em manifestações cuja a temática era diferente de gênero e em 39,5% não foi possível identificar a centralidade ou não da pauta de gênero. Na tabela 1 estão sistematizados os dados sobre os tipos de manifestações e as expressões de vulnerabilidade, tais como expressões de sofrimento e atuação de força policial:

Tabela 1 – Característica do protesto nas imagens, expressão de sofrimento e presença da polícia



Fonte: Elaborada pelos autores

Sobre a característica do protesto nas imagens, a maior parte do material revela predominantemente um tensionamento entre as mulheres e o contexto ocupado, o que denominamos de confronto perturbador tensionador, 56,2% (Tabela 1). São fotografias que buscam desestabilizar a ordem sem necessariamente promover confrontos diretos (Imagens 1, 4 e 8, por exemplo).

Imagem 1 – Dia internacional das mulheres – Brasil



Fonte: El País, mar. 2019

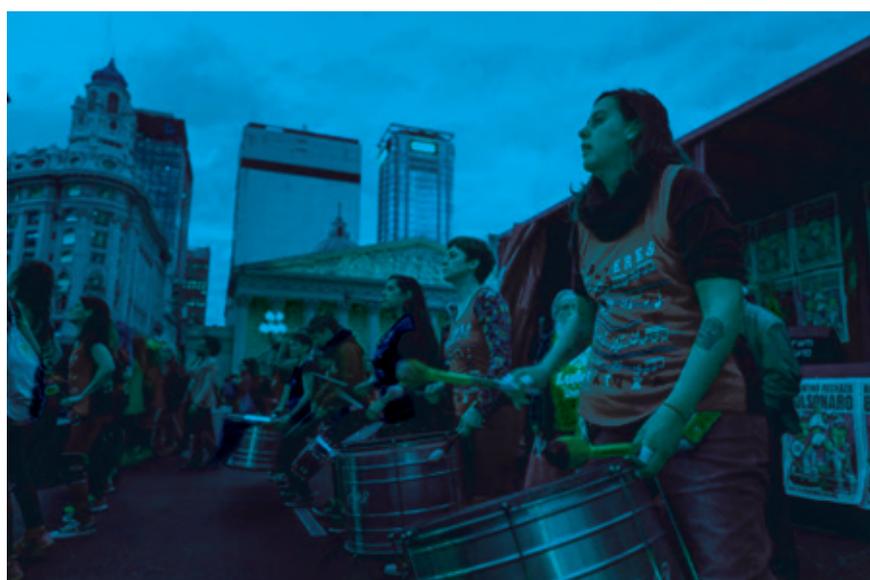
Em segundo lugar, há um grande número de imagens em que enfrentamentos diretos e violentos são mais evidentes (Imagem 2), que aparecem em protestos de todos os países. Foram analisadas principalmente expressões físicas e faciais das mulheres enquadradas nas fotografias. Nas imagens da Bolívia, Chile e Equador isso foi mais frequente, em 50%, 68% e 75%, respectivamente. Considerando o total das imagens de sofrimento, quase metade são do Chile. Do mesmo modo, quase 70% das imagens com a presença de força policial são de protestos no Chile, em particular, contra aumento do custo de vida e desigualdade de renda e contra a violência policial. Do total, em 80% das imagens que mostram expressões de dor ou sofrimento há presença de força policial.

Imagem 2 – Protesto contra aumento do custo de vida e desigualdade de renda – Chile



Fonte: Jornal O Tempo, out. 2019

Imagem 3 – Protesto contra Bolsonaro – Argentina

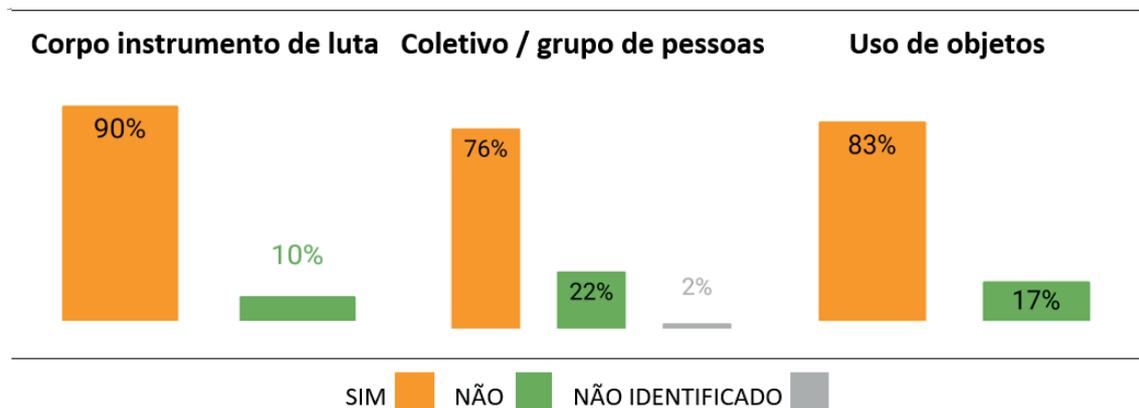


Fonte: Revista Fórum, jun. 2019

Em terceiro lugar aparecem imagens de manifestações perturbadoras com caráter festivo, como na Imagem 3. Essas imagens foram encontradas apenas em manifestações brasileiras e argentinas. Nelas não havia expressão de sofrimento ou presença da polícia.

Foram analisadas também imagens em que as mulheres colocam seus corpos como performadores da ação política, seja como instrumento de luta (em quase 90%), como reunião em um coletivo ou com uso de objetos (Tabela 2).

Tabela 2 – Corpo como instrumento de luta, imagens de coletivos e uso de objetos



Fonte: Elaborada pelos autores

Cerca de 76% das imagens – cujos enquadramentos eram panorâmicos ou abertos – identificavam um agrupamento de pessoas pequeno, médio ou de grandes multidões (Imagem 4). Na maior parte das imagens, 83%, eram usados objetos de protesto, tais como cartazes (30,2%), bandeiras de países ou regiões (28,1%), objetos artísticos ou de performances (19,2%) – em especial nos protestos do Chile foram usados lenços, assim como no Brasil, Venezuela e Argentina (Imagem 5). Elementos étnicos ou culturais (13,5%) e camisetas com mensagens (8,3%), além de outros elementos (11,4%) como flores, painéis, máscaras e instrumentos musicais, também foram utilizados.

Imagem 4 – Protesto contra cortes na educação – Brasil



Fonte: Folha de S. Paulo, ago. 2019

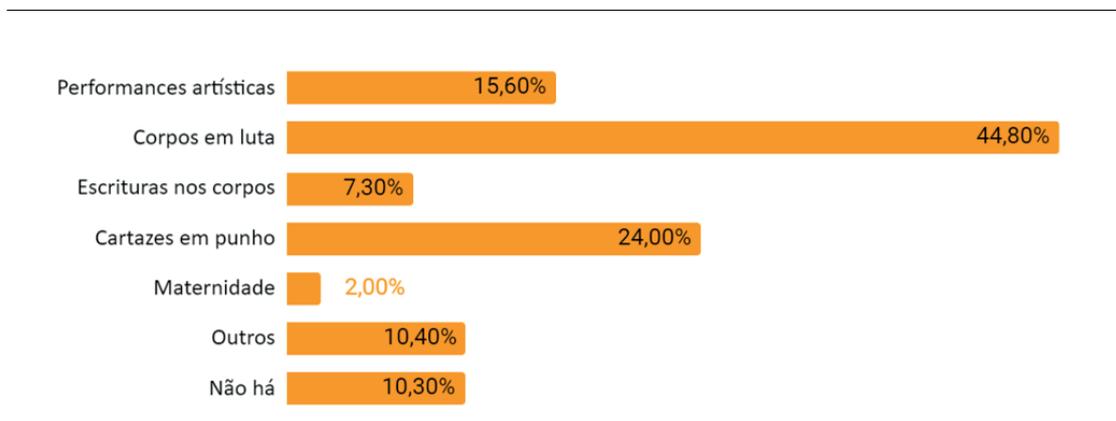
Imagem 5 – Protesto pela legalização do aborto – Argentina



Fonte: El País Brasil, fev. 2019

Para categorizar os corpos como instrumentos de luta, listamos performances, corpos em luta, escrituras nos corpos, cartazes em punho, crianças no colo, entre outras (Tabela 3). Foram considerados corpos em luta imagens que mostravam mãos em punho (Imagem 4), mãos dadas (Imagem 6), palmas, sinais de vaia, ou a simples presença em atitude de luta (Imagens 7 e 8). Importante destacar as imagens extraídas da cobertura da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, na qual pode ser observada uma variedade de formas nas quais essas mulheres utilizam seus corpos para a luta, seja por meio de performances, danças, rituais, entre outros.

Tabela 3 – Caracterização dos corpos como instrumentos de luta



Fonte: Elaborada pelos autores

Imagem 6 – 1ª Marcha das Mulheres Indígenas em defesa dos direitos indígenas – Brasil



Fonte: Exame, ago. 2019

Imagem 7 – Protesto contra o golpe de Evo Morales



Fonte: Poder 360, nov. 2019

Imagem 8 – Protesto contra a austeridade – Equador



Fonte: Exame, out. 2019

Especialmente no caso chileno, além da violência generalizada da polícia e de ações que deixaram manifestantes cegos, ficou muito conhecida a performance “Un violador en tu camino” ou “El Violador Eres Tú”. Na letra da música há os dizeres “o Estado opressor é um macho estuprador” (Imagem 9). Protesto semelhante foi realizado na Argentina (Imagem 5).

Imagem 9 – Performance “El violador eres tu” – Chile



Fonte: HuffPost Brasil, nov. 2019

O que as imagens nos dizem?

Nas 96 imagens analisadas buscamos identificar características “modulares” – atributos semelhantes encontrados em confrontos de diferentes contextos (TILLY, 2005). A partir da recorrência de

elementos traçamos três eixos analíticos para compreender a presença dos corpos das mulheres como repertórios em performatividade.

Vulnerabilidades: um novo colonialismo?

Ao colocarem seus corpos como repertórios de ação, as mulheres latinas ao mesmo tempo revelam a vulnerabilidade diante da violência do Estado na sua expressão mais ostensiva: a polícia. Em 27% das imagens havia confronto direto, sendo que dentre essas, em 96% o confronto era com a polícia e em 68% havia expressão de sofrimento dessas mulheres. Mesmo nas 56,2% das imagens de confronto indireto, o número de presença policial foi significativo: 55%, sendo que em 35% havia expressão de sofrimento. Especialmente no caso chileno, os corpos de mulheres estiveram submetidos a abuso sexual, estupro e violência física por parte dos policiais, resultando em muitas delas feridas ou cegas.

Dois aspectos podem ser discutidos aqui. O primeiro deles é a vulnerabilidade das mulheres forjada historicamente (BORDO, 1997). São nos corpos das mulheres onde estão inscritas as relações hierárquicas de maneira mais concreta, na qual o controle e as normas se afirmam, seja pelo sexo, maternidade, padrões de beleza, dentre outros. A naturalização do uso da força pelo estado, como revelado pelas imagens, reforçam essas práticas de dominação sobre corpos que ousam desafiar as normas ao protestarem. A ideia de fragilidade feminina se volta contra as próprias mulheres por meio da força ostensiva do Estado.

Em segundo lugar, há que se considerar o contexto de vulnerabilidade no qual esses protestos eclodem. O aumento das desigualdades sociais, motivadas principalmente pelas medidas de austeridade de boa parte dos governos latinos de 2019 vão na contramão das políticas anteriores, com importantes conquistas entre as mulheres. As imagens nos permitem ver que muitas reivindicações demandam condições básicas de vida – como na Bolívia e no Chile. A distribuição desigual da precariedade é denunciada pelos corpos em protesto, que revelam a violência estatal por meio tanto da polícia quanto da própria ausência de políticas públicas. Há uma instrumentalização da insegurança por meio das políticas neoliberais contra as quais os manifestantes lutam para tornar a população governável, subserviente e cúmplice (LOREY, 2015). Desse modo, as elites latino americanas, com importante contribuição do Estado, perpetuam a colonização seja por meio da dominação dos corpos dessas mulheres, seja por meio da pauperização da população.

Butler (2018) vai dizer que a fantasia neoliberal do empreendedor de si mesmo em condições de precariedade acelerada cria a suposição de que tudo é uma questão individual. Os protestos indicam que, ao contrário, essa é uma condição social compartilhada e injusta de um grupo inteiro.

Assim, exposição desproporcional ao sofrimento se revela na brutalidade da polícia, mas também nos cartazes e escritos nos corpos das mulheres que denunciam injustiças e empobrecimento. São também as mulheres – em particular aquelas pobres, negras e indígenas – que sofrem com precariedade na educação, falta de segurança e de estrutura básica. Não é sem motivo que em todos os protestos de 2019 a presença feminina foi marcante, mesmo que a temática não estivesse relacionada a gênero.

De outro lado, é importante considerar que essas fotografias de sofrimento ou que expressam símbolos de injustiça possuem um potencial de difusão transnacional significativo (SONTAG, 2003) e podem também promover uma luta pelas imagens (MIRZOEFF, 2011).

O corpo como lugar da luta

A maior parte das imagens, 90%, identificou a presença dos corpos em luta, principalmente com ações como mãos em punho, mãos dadas, em posição de vaias, gritos ou cantos. Defendemos que, ao mesmo tempo em que as vulnerabilidades se revelam por meio da violência, elas podem se transformar em força a partir dos corpos em aliança. O corpo, terreno objetivo da política, toma a sua condição precária

como estímulo para a luta. A força indexical do corpo, em conjunto com outros corpos, vai dizer que não são descartáveis e que precisam de comida, moradia, emprego, previdência, redução de impostos, direito ao aborto. Juntos, esses corpos vão denunciar a falsa moralidade individualizante ao dizer que a precariedade é compartilhada.

O comparecimento, a permanência, a respiração, o movimento, a quietude, o silêncio são aspectos da performatividade política que acontecem antes de qualquer fala, palavra ou diálogo (BUTLER, 2018). A aliança é também uma forma de dizer que somos dependentes um do outro e que isso perfaz a resistência. De mãos dadas mulheres indígenas entoam seus cantos, dançam seus rituais, carregam suas crianças. A ação concertada funciona como performance que reúne diferentes repertórios de ação, seja no uso de cartazes, objetos, ou pela simples presença do corpo.

O uso de signos que remetem às violações também foi recorrente. Mulheres chilenas usavam vendas em suas performances, em uma menção à violência sofrida nos dias anteriores. Nas manifestações pelo direito ao aborto e no dia internacional das mulheres, as argentinas, chilenas e brasileiras usavam exatamente aquilo que as criminaliza, como roupas curtas e decotadas, com seus corpos desnudos a mostra. Outras pintavam de tinta vermelha a região pélvica simulando ferimentos. As práticas de feminilidade, ao mesmo tempo em que aparecem, desafiam normas. Passam batom, desnudam-se, carregam suas crianças, mas em luta.

As bandeiras, utensílios utilizados em determinadas culturas, as vestimentas e outros elementos que aparecem nas fotos revelam ao mesmo tempo a materialidade das lutas (BUTLER, 2018) e os aspectos culturais que colocam essas lutas em marcha (TILLY, 2008). A luta pelas imagens opera num nível visual, para ser testemunhada (FEOLA, 2018, p. 200). O corpo é um agente articulador de significados e que gera novas condições de aparecimento ao orquestrar performances, reunir pessoas, entoar palavras de ordem coletivamente. Ao se deparar com essas imagens, as pessoas podem ser implicadas sensorialmente (FEOLA, 2018). Por isso, as performatividades de assembleia são capturadas pelas imagens e podem funcionar como repertórios de luta.

Quem é o povo?

O terceiro eixo de nossa análise indicou que a performatividade das mulheres em assembleia é capaz de conformar um imaginário ou entendimento sobre quem é o povo. Como explica Butler (2018), a definição de povo é discursiva e parte de uma exclusão constitutiva. A ideia de um nós configurada pelas imagens inclui alguns e exclui outros, mas tem a vantagem de tornar visível precariedades outrora fora da esfera do aparecimento. Desse modo, estrategicamente ou não, as mulheres se valem visualmente das alianças nas ruas de modo a buscar fazerem parte do espaço do aparecimento e, assim, serem incluídas entre aqueles que são considerados como povo. São imagens em geral com plano aberto, que delimitam quem é reconhecível e conta como povo.

Nossas análises evidenciam que a performatividade da aliança entre essas mulheres é um poderoso repertório de ação coletiva. Em 76% das imagens esse repertório foi identificado seja na forma de pequenos ou grandes agrupamentos. Em particular, a ideia de povo foi recorrente em dois tipos de imagens: naquelas cujas performances estão em evidência e naquelas com destaque para objetos culturais. Por exemplo, nas performances coletivas como a das mulheres chilenas, argentinas ou equatorianas, com as mãos levantadas em punho, ou no uso de bandeiras ou de objetos culturais de um povo. São significativas também as imagens cujas bandeiras são destacadas – cerca de 30% das imagens – e elementos culturais, 14%.

Em particular, a constituição de um “nós” pelas imagens pode ser observada de maneira significativa entre os povos originários da América Latina. As mulheres indígenas tiveram papel importante nas manifestações da Primavera Latina: protestos nacionais do Equador; o protagonismo das agricultoras

cocaleras e indígenas de várias partes da Bolívia, no caso da deposição de Evo Morales; mulheres indígenas brasileiras na frente da Esplanada dos Ministérios e mulheres Mapuche, povo originário do Chile e da Argentina, conhecidos por ser resistência contra a desapropriação de terras. São grupos de pessoas que estiveram ou estão, em geral, fora da esfera do aparecimento, os “inelegíveis” (BUTLER, 2018) marcados pelo passado colonial da América Latina. A política da aliança resulta, sem dúvida, numa reconfiguração/retomada da ideia de povo como aqueles ancestrais que primeiro habitaram essas terras.

Os corpos em aliança, Butler (2018) vai dizer, operam também como frestas na esfera do aparecimento. A liberdade de assembleia está justamente em poder propor novas formas de aparecimento e novas reconfigurações sobre o direito de aparecer. O tensionamento sobre a definição de povo – ou povos, na Bolívia – questiona quem é, de fato, o povo. E os enquadramentos fotográficos nos jornais oferecem respostas, ao menos provisórias. Ainda que tenham sido analisadas apenas imagens de mulheres, em protestos ligados a gênero ou a outros temas, os sentidos construídos acerca de quem é o povo permanecem pelo enquadramento fotográfico.

Não só os corpos repertório, mas os símbolos culturais revelam a faceta cultural e histórica dos protestos (TILLY, 2006). Articulam crenças e valores ao produzir sentidos sobre esse povo. As mulheres reforçam o pertencimento a um povo ao romperem a esfera do aparecimento com suas vestimentas, gorros, objetos coloridos, enfeites, bandeiras e instrumentos musicais. Promovem a aliança por meio de danças e outras performances, mãos dadas ou crianças no colo. A assembleia fala antes que a palavra (BUTLER, 2018).

Considerações finais

Este estudo buscou identificar as formas como mulheres latinas utilizam performatividades como repertórios de ação em protestos da Primavera Latina, em 2019. Não nos interessa pensar em resultados imediatos ou eficácia política desses protestos, mas nas condições possíveis do aparecimento que tornam sujeitos anteriormente apartados, capazes de promoverem novos regimes de visibilidade. Como diz Butler (2018), protestos fazem ao menos duas coisas: permitem que as pessoas se reúnam e se movam juntas, reivindicando um certo espaço como espaço público.

Os resultados da pesquisa evidenciam a relevância de considerar a América Latina como uma categoria analítica que guarda nas culturas dos países muitas similitudes, capazes de revelar desigualdades e injustiças sociais com raízes e horizontes comuns, tais como a colonização e o neoliberalismo. E o interessante é que os resultados evidenciam que repertórios de ação muito semelhantes são utilizados pelas mulheres latinas.

Uma análise que considera os aspectos visuais das lutas das mulheres também foi capaz de revelar esse terreno comum de injustiças. As imagens demonstram seu poder ao desvelar a política da aliança engendrada pelas mulheres. São capazes de a) definir quem é o povo, b) de mostrar as vulnerabilidades como fruto da estrutura desigual e do poder autoritário do estado e de c) utilizar dessa mesma vulnerabilidade para performar suas lutas.

As pautas contra cortes no orçamento e políticas de austeridade também foram recorrentes. No Brasil, as agendas de reforma e contingenciamento de políticas sociais não minimizaram a crise nos governos Temer e Bolsonaro, este último derrotado por Lula em 2022. Na Bolívia, políticas de reestatização de serviços básicos como o saneamento se viram ameaçadas pela elite econômica do país com a saída de Evo, que acabou por eleger um sucessor em 2020, Luis Arce, e provar a regularidade nas eleições. No Chile, os problemas chegaram à previdência social e saneamento básico, o que deu forças para que Gabriel Boric, da esquerda, se elegeisse em 2022. Ou seja, as transformações políticas no continente são cíclicas, o que, de fato, demonstram uma relevância da análise da América Latina.

Se o conjunto desses protestos significou uma primavera para a democracia latina não é possível

ainda prever. O fato é que as mulheres latinas, de maneira muito semelhante, convocam seus repertórios e suas lutas contra o patriarcado e contra a herança colonial da desigualdade, promovendo uma fresta na esfera do aparecimento.

Referência

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, s. v., n. 43, p. 13-56, 2014.

BARTHES, Roland. **Image, music, text**. London: Fontana Press, 1977.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COHEN, Jean L. Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social research**, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, s. v., n. 53, sem paginação, e185301, 2018.

DOERR, Nicole; MATTONI, Alice; TEUNE, Simon. **Advances in the visual analysis of social movements**. Bingley: Emerald Group Publishing, 2013.

FEOLA, Michael. The Body Politic: Bodily Spectacle and Democratic Agency. **Political Theory**, v. 46, n. 2, p. 197-217, 2018.

GILSON, Erinn. **The Ethics of Vulnerability: A Feminist Analysis of Social Life and Practice**. New York: Routledge, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes – de Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R.; DE FREITAS, Britta Lemos (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 9-41.

INFORME sobre Desarrollo Humano 2019. **HUMAN development report**, 9 dez. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, s. v., n. 32, p. 123-151, 2016.

MCROBBIE, Angela. Notes on ‘What Not To Wear’ and post-feminist symbolic violence. **The Sociological Review**, v. 52, issue supplement s2, p. 99-109, 2004.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Orgs.). **Social movements and culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 41-63.

MIRZOEFF, Nicholas. **The right to look: A counterhistory of visibility**. Durham, NC: Duke, 2011.

OLSEN, Thomas. “We are all Khaled Said”: Visual injustice symbols in the Egyptian Revolution, 2010–2011. In: DOERR, Nicole; MATTONI, Alice; TEUNE, Simon (Orgs.). **Advances in the visual analysis of social movements**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. 3-25.

- PHILLIPS, Axel. Visual protest material as empirical data. **Visual Communication**, v. 11, n. 1, 2012, p. 3-21.
- PRUDENCIO, Kelly et al. Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 1, p. 89-102, 2016.
- QADIRMUSHTAQ, Abdul; AFZAL, Muhammad. Arab spring: Its causes and consequences. **Journal of the Punjab University Historical Society**, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2017.
- RIZZOTTO et al. Corpos sem cabeça, sujeitos sem razão: análise multimodal da Marcha das Vadias. **Conexão – Comunicação e Cultura**, v. 16, n. 31, p. 157-178, 2017.
- SILVA, Fabricio Pereira. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.
- SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-1985**. Oxford, USA: Oxford University Press, 1989.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor do outro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SONTAG, Susan. **Illness as metaphor**. New York: Vintage, 1979.
- SUNKEL, Guillermo. **Razón y pasión en la prensa popular: un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política**. Santiago: Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1985.
- SURO, Roberto; ESCOBAR, Gabriel. La primavera latina de 2006. Cómo las marchas pro inmigrantes y el debate sobre políticas cambiaron la opinión pública hispana. **Foreign Affairs en Español**, v. 6, n. 4, p. 35, 2006.
- TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.
- TILLY, Charles. **Identities, boundaries & social ties**. Boulder, CO/London: Paradigm Publishers, 2005.
- TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, Charles et al. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, s. v., n. 76, p. 11-48, 2009.

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz é doutora, mestre e jornalista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da mesma universidade. Integrante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Participa como pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Lívia Gomes Laudaes é mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, habilitada em Jornalismo e Relações Públicas pela mesma instituição. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Deize Ferreira Paiva Lopes é mestre em Comunicação Social pela linha de Processos Comunicativos e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, além de bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela mesma instituição. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Tomás Soares Pereira German é mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, graduado em Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da mesma universidade. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Tayrine Vaz Silva é mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, pela qual também é graduada em Jornalismo e realizou iniciação científica durante a graduação. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.